

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil

Organizadores

Observatório de Políticas Públicas Culturais

Atas e relatórios dos fóruns

Brasília
2016

**Observatório de Políticas Públicas
Culturais – OPCULT**

**Centro de Estudos Avançados
Multidisciplinares – CEAM**

Universidade Federal de Brasília

Financiamento
Ministério da Cultura

Administração de recursos
FINATEC

Equipe de pesquisadores

Coordenadora geral
Fátima Makiuchi

Professores coordenadores
Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil
Flávio Santos Pereira

Estudantes de mestrado
Wanessa Ferreira Sousa
Deise Ramos da Rocha
Anderson do Nascimento
Luana Nunes
Edilene Américo
Wallace Pantoja
Cleide Vilela

Estudantes de graduação
Marta Martins Pederiva
Marília de Souza Oliveira
Mariana Saturnino Silva
Fernando Bastos

Redação do relatório

Hugo Leonardo Ribeiro
Mário Lima Brasil
Fátima Makiuchi
Wanessa Ferreira de Sousa
Marta Martins Pederiva
Mariana Saturnino Silva

Observatório de Políticas Públicas Culturais

Atas e relatório dos fóruns

Rascunho de ficha catalográfica (a ser atualizada após solicitação de ISBN)

Observatório de Políticas Públicas Culturais : atas e relatório dos fóruns /
organizadores: Fátima Makiuchi, Hugo Ribeiro, Mário Brasil.-
Brasília: UnB, 2016.
60 p. : fots.

ISBN XXX-XX-XXXX-XXX-X

1. Cultura. 2. FIB. 3. Fórum. 4. Avaliação de Programas.
5. Brasil. I. Makiuchi, Fátima. II. Ribeiro, Hugo Leonardo.
III. Brasil, Mário Lima. IV. UnB.

CDD XXX.XXXX

Apresentação

O Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT) é um projeto fomentado pela Secretaria de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural (SCDC/MinC), ligado ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, da Universidade de Brasília – UnB. A criação do observatório teve início com a assinatura do Termo de Cooperação nº 10/2013 entre a SCDC/MinC e o OPCULT/UnB em dezembro de 2013. Esse termo previa descentralização de um valor orçamentário para ser gerido pela FINATEC, com o objetivo de: 1) Criar uma plataforma virtual para a implementação, alimentação de dados do Observatório da Cultura – MinC/CEAM/UnB; 2) Realização de pesquisa sobre o Programa Cultura Viva.

A proposta deste Observatório fundamentou-se na necessidade da SCDC/MinC de sistematizar a memória institucional e produzir reflexões sobre as ações e programas desenvolvidos desde 2003. Seu objetivo principal é a construção e articulação de uma rede de saberes, práticas, extensão e pesquisas sobre política pública, diversidade, cidadania e gestão cultural, visando o fomento à produção do conhecimento, sua sistematização e divulgação.

Este livro é uma reunião dos relatos dos fóruns organizados pelo OPCULT entre os anos de 2015 e 2016. Esses encontros reuniram pesquisadores da UnB e pesquisadores convidados de outras instituições, bem como representantes da sociedade civil. Tiveram como objetivo a apresentação dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do OPCULT, bem como a formação de uma rede de pesquisadores na área de políticas públicas culturais.

Foram realizados três fóruns: o Grupo de Trabalho Programa Cultura Viva, realizado em 27 de fevereiro de 2015; o Fórum de lançamento do Observatório de Políticas Públicas Culturais – OPCULT, no dia 30 de abril de 2015; e o Fórum de entrega do relatório final, no dia 27 Fevereiro de 2016.

Índice

<u>Apresentação.....</u>	<u>5</u>
<u>FÓRUM I.....</u>	<u>11</u>
<u>Grupo de Trabalho Programa Cultura Viva.....</u>	<u>13</u>
<u>Introdução.....</u>	<u>13</u>
<u>Apresentação do Relatório e Discussão.....</u>	<u>15</u>
<u>Encerramento.....</u>	<u>18</u>
<u>FÓRUM II.....</u>	<u>19</u>
<u>Lançamento do Observatório de Políticas Públicas Culturais.....</u>	<u>21</u>
<u>Súmula da Reunião do Grupo de Trabalho.....</u>	<u>23</u>
<u>Convergência com outras iniciativas.....</u>	<u>24</u>
<u>Plano de comunicação e política editorial.....</u>	<u>24</u>
<u>Linhas de pesquisa.....</u>	<u>26</u>
<u>Informes finais.....</u>	<u>26</u>
<u>FÓRUM III.....</u>	<u>27</u>
<u>Entrega do relatório final.....</u>	<u>29</u>
<u>Introdução.....</u>	<u>29</u>
<u>Mesa de abertura.....</u>	<u>30</u>
<u>Apresentação do relatório.....</u>	<u>33</u>
<u>Mesa redonda: Programa Cultura Viva / FIB.....</u>	<u>40</u>
<u>César de Mendonça Pereira - Fundação Joaquim Nabuco.....</u>	<u>40</u>
<u>Jocastra Holanda Bezerra - Universidade Estadual do Ceará.....</u>	<u>42</u>
<u>Deborah Rebello de Lima - Fundação Casa de Rui Barbosa.....</u>	<u>44</u>
<u>Discussão entre os participantes.....</u>	<u>47</u>
<u>Alexandre Santini.....</u>	<u>48</u>
<u>Leandro Anton.....</u>	<u>49</u>
<u>José Maria Reis.....</u>	<u>50</u>
<u>Maria Fulgência Bonfim.....</u>	<u>51</u>
<u>Jocastra Holanda.....</u>	<u>53</u>
<u>Déborah Rebello.....</u>	<u>54</u>
<u>César Pereira.....</u>	<u>55</u>
<u>Tadeu Ribeiro.....</u>	<u>56</u>
<u>Célia Moreira.....</u>	<u>57</u>
<u>Encerramento.....</u>	<u>58</u>

Lista de Fotos

Foto 01 – Abertura do Grupo de Trabalho Programa Cultura Viva. Da direita para esquerda, de frente: Mário Brasil e Hugo Ribeiro. De costas: Célia Moreira, Déborah Lima, José Maria Reis, Leandro Anton.....	13
Foto 02 – Da direita para esquerda: Mariana Silva, Marta Pederiva, Wanessa Sousa, Marília Teixeira (ao fundo), Leandro Anton, Yuri Soares e José Maria Reis.....	16
Foto 03 – Da direita para esquerda: Célia Moreira, Fátima Makiuchi e Mário Brasil.....	17
Foto 04 – Mesa de abertura do lançamento do OPCULT. Da direita para esquerda: Alexandre Santini, Mariana Soares, Jaime Santana, Fátima Makiuchi, Lia Calabre, Gustavo Baptista e Doriana Daroit.....	21
Foto 05 – Apresentação da pesquisa “Programa Cultura Viva”. Da direita para esquerda: Hugo Ribeiro e Mário Brasil.....	22
Foto 06 – Participantes do GT.....	25
Foto 07 – Participantes do GT.....	25
Foto 08 – Mesa de abertura do III Fórum do OPCULT. Da direita para a esquerda: Hugo Ribeiro, Mário Brasil, Fátima Makiuchi, Doriana Daroit, Alexandre Santini, Deborah Lima e José Reis.....	31
Foto 09 – Apresentação do relatório final da pesquisa Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais, com Hugo Ribeiro e Mário Brasil.....	31
Foto 10 – Mesa redonda com pesquisas sobre o Programa Cultura Viva e o índice de felicidade. Da direita para a esquerda: Jocastra Holanda Bezerra, Deborah Rebello de Lima, César de Mendonça Pereira.....	42
Foto 11 – Foto de encerramento do evento com expositores, pesquisadores e convidados.....	58

FÓRUM I

Grupo de Trabalho Programa Cultura Viva

Introdução

No dia 27 de fevereiro de 2015, reuniram-se em Brasília pesquisadores e representantes dos Pontos de Cultura para o primeiro encontro presencial do Grupo de Trabalho Programa Cultura Viva (GT-PCV).



Foto 01 – Abertura do Grupo de Trabalho Programa Cultura Viva. Da direita para esquerda, de frente: Mário Brasil e Hugo Ribeiro. De costas: Célia Moreira, Déborah Lima, José Maria Reis, Leandro Anton.

O evento realizou-se no salão de reunião do Garvey Park Hotel, tendo início às 09:00h da manhã, com a apresentação dos participantes e um breve histórico de suas atividades concernentes ao Programa Cultura Viva. Estiveram presentes a Coordenadora Geral do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT), **Dra. Maria de Fátima Makiuchi**; os Coordenadores da Pesquisa *Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais*, **Dr. Mário Brasil**, **Dr. Hugo Ribeiro** e **Dr. Flávio Santos**; as bolsistas da pes-

quisa, **Mariana Silva**, **Marília Oliveira**, **Marta Pederiva**, **Wanessa Sousa**; os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), **Célia De Fátima Pinheiro Moreira** (Sudeste), **Yuri Soares** (Centro-Oeste), **José Maria Reis** (Norte), **Leandro Arthur Anton** (Sul); e a pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, Msc. **Deborah Rebello Lima**.

Esse encontro teve como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa, a metodologia de análise dos dados, e discutir com os participantes os possíveis encaminhamentos para a continuidade da mesma.

Em sua exposição, o **Prof. Mário Brasil** fez uma contextualização do evento. Contou como surgiu a ideia do projeto de pesquisa e justificou a metodologia escolhida, esclarecendo que esse foi um projeto piloto para pesquisas futuras sobre o PCV em outras regiões do Brasil.

Célia de Fátima Pinheiro Moreira apresentou-se em seguida, resumindo a história do *Programa de Integração pela Música* (PIM). Levantou questões como a dificuldade de fazer os primeiros editais, a inovação e importância do PCV como política pública de governo, a incompletude do relatório do IPEA, e sua satisfação em participar desse Grupo de Estudos e poder contribuir com a pesquisa em andamento.

Na sequência, **José Maria Reis** identificou-se como professor e produtor cultural há mais de vinte anos, além de fazer parte da diretoria da ONG *Argonautas Ambientalistas da Amazônia* e ter sido coordenador do *Pontão de Cultura Rede Amazônica de Protagonismo Juvenil*.

Leandro Anton, do PC *Quilombo do Sopapo* de Porto Alegre, abordou a trajetória do Ponto, com referência aos *Fóruns Sociais Mundiais*, aos laboratórios de conhecimentos livres, às questões territoriais (território e lugar), e à importância da organização dos coletivos informais, as quais, com sua trajetória, são responsáveis, segundo ele, pela sustentação da questão conceitual e da estrutura do PCV.

Deborah Rebello Lima se identificou como representante da Casa de Rui Barbosa, especificamente o Setor de Estudos em Políticas Culturais. Saliu que, para além da representação de uma instituição vinculada ao sistema MinC, seu vínculo com o PCV tem a ver com sua formação como pesquisadora por estudá-lo desde 2007. Reconheceu a importância de empoderar estruturas de pesquisa e realizar pesquisas sobre a prática do PCV provindos de distintos lugares a fim de que não se estabeleça relações polariza-

doras de saber acadêmico e saber tradicional. Defendeu, enfim, que o Cultura Viva reforça a ideia de que é preciso valorizar os saberes de forma plural, diversa.

Seguiu-se com a apresentação das bolsistas que realizaram as pesquisas de campo: **Mariana Silva, Marta Pederiva, Marília Oliveira e Wanessa Sousa**. Em suas falas discursaram, em resumo, sobre suas jornadas acadêmicas, e o envolvimento não previsto, porém encantador, com o PCV.

A sessão de apresentações foi finalizada com a apresentação do Prof. **Hugo Ribeiro**, durante a qual houve uma pequena discussão a respeito dos questionários aplicados por pesquisas anteriores, como as do IPEA e de pesquisadores independentes (estudantes de mestrado e doutorado), adjetivados como imensos, infindáveis e desnecessariamente grandes. Nesse momento, os professores Hugo e Mário reforçaram as razões que levaram à escolha do FIB como metodologia, mas não adotar seu questionário padrão, adaptando-o às falas de pessoas entrevistadas de maneira mais fluida.

A sessão vespertina finalizou com discussões importantes que foram incorporadas na pesquisa, tais como: descontinuidade da política e da memória; o fato de que, para estudar o Cultura Viva, não basta olhar só as fontes oficiais, os documentos; de que existe um trauma dos fazedores de cultura pela usurpação acadêmica dos pesquisadores; e de que não dá para avaliar a eficiência sem compreender as experiências que fazem do Cultura Viva o que é.

Apresentação do Relatório e Discussão

O turno vespertino da reunião do Grupo de Estudo começou com a apresentação do Prof. **Hugo Ribeiro** sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo realizada e o recorte teórico da análise de dados. Houve a explicação sobre as vantagens de se fazer a pesquisa em dupla, a importância da confecção de diários de campo para captar percepções e a enumeração de metodologias para coleta e análise de dados escolhidas pelo grupo de pesquisadores do Projeto. Sobre a análise dos dados, explicou a escolha dos domínios da Felicidade Interna Bruta (FIB) para identificar como as ações dos Pontos de Cultura poderiam afetar o índice de felicidade da comunidade local, impactando no bem estar das pessoas. Traçou um paralelo entre o FIB e o PIB, abordou a história do FIB, sua formação, reconhecimento mundial e

relações ideológicas entre o FIB e o Programa Cultura Viva. Por fim, apresentou os nove domínios do FIB, fez uma justificativa da escolha pela análise qualitativa, e demonstrou como os indicadores de cada um dos domínios foram interpretados para a análise qualitativa dos impactos desse programa através do discurso dos entrevistados.



Foto 02 – Da direita para esquerda: Mariana Silva, Marta Pederiva, Wanessa Sousa, Marília Teixeira (ao fundo), Leandro Anton, Yuri Soares e José Maria Reis.

Dando continuidade ao relatório, as bolsistas da pesquisa apresentaram um resumo de um dos PC visitados por elas, seguido de uma breve análise da relação das atividades do PC com o FIB. **Mariana Silva** falou sobre o PC Criarte, **Marta Pederiva** apresentou o PC Caminhos Audiovisuais, **Wanessa Sousa** abordou o PC Congo Nya, **Marília Teixeira** falou sobre o PC Pájaro Campana, e **Hugo Ribeiro** apresentou o PC Interarte/Coepi. Findas as apresentações, o grupo discutiu o conteúdo das análises.

O primeiro ponto levantado foi sobre o papel da Universidade na sustentação de pesquisadores que sejam oriundos dos PC. Ou seja, a necessidade

de formação de agentes pesquisadores locais. Em seguida, houve uma controvérsia a respeito de uma terminologia empregada por um dos pesquisadores: “Ponto de Cultura que nunca foi implementado”. Os representantes do CNPdc presentes lembraram que isso contradiz a própria filosofia do PCV, a qual defende que, “uma vez Ponto de Cultura, sempre Ponto de Cultura”. Assim sendo, chamaram a atenção para a diferença entre Projeto e Ponto, e indicaram a possibilidade de ser necessário esclarecer tal questão no Relatório.



Foto 03 – Da direita para esquerda: Célia Moreira, Fátima Makiuchi e Mário Brasil.

Leandro Anton salientou, novamente, a necessidade de destacar a territorialidade, gerando a dúvida sobre como criar uma dimensão (como as dimensões do FIB) para tal aspecto. Também questionou a respeito do tempo dos processos, não o cronológico (ou uso do tempo), e em qual dimensão do FIB estaria. Explicou que seria o tempo de repasse e o de formação, argumentando que “a cultura não é mais um passatempo, ela é uma articuladora de áreas às quais a sociedade se preocupa”, e que “os pontos suprem um dever do Estado, mas potencializando-o, e não reduzindo sua posição de maneira temporal. Exemplo disso é a escola integral”. Por fim os pesquisadores consideraram que as noções de “territorialidade” e “tempo” estavam contidos no domínio “vitalidade comunitária”.

Ainda sobre o FIB, os representantes do CNPdC concluíram, unanimante, que os nove domínios são ricos para compreender o impacto, mas também seria interessante vincular os quatro conceitos norteadores do Cultura Viva. Foi igualmente consonante a opinião de que a dinâmica da Rede é, geralmente, um calcanhar de Aquiles nas pesquisas. Se o Projeto de Pesquisa vai abarcar ou não essa questão, tal posição deve ser esclarecida no relatório.

Deborah de Lima expressou a carência de um maior histórico das tensões, do período de construção e das mudanças do programa. Sugeriu abarcar o Brasil Plural e outras iniciativas conectadas a esse histórico de agendamento. Foi solicitado que ela desenvolve-se um texto com essa abordagem, para ser incorporado no relatório.

Discutiu-se também que o papel do Estado é reconhecer o que a Sociedade faz culturalmente. Dessa forma, o Ponto não supriria um dever do Estado pois, se o Estado tentasse fazer essa produção cultural, tornaria em algo rígido e quadrado. Ao estado não cabe produzir a cultura, mas mediar.

Encerramento

Ao final da tarde, encerram-se as discussões com a percepção geral de que esse encontro foi muito importante para avaliar e legitimar essa pesquisa a partir da percepção dos representantes do CNPdC, e ficou combinado que, em um prazo de aproximadamente um mês, os convidados poderiam enviar suas contribuições por escrito para que o grupo de pesquisadores pudessem adequar e incluir no Relatório Final.

FÓRUM II

Lançamento do Observatório de Políticas Públicas Culturais

No dia 30 de abril de 2015 foi lançado oficialmente o Observatório de Políticas Públicas Culturais – OPCULT.



Foto 04 – Mesa de abertura do lançamento do OPCULT. Da direita para esquerda: Alexandre Santini, Mariana Soares, Jaime Santana, Fátima Makiuchi, Lia Calabre, Gustavo Baptista e Doriana Daroit.

O evento teve início às nove horas e realizou-se no Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo), na Universidade de Brasília. A Mesa de Abertura contou com a participação do Diretor da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC), **Sr. Alexandre Santini**; da Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), **Dra. Lia Calabre de Azevedo**; da Subsecretária de Políticas de Desenvolvimento e Promoção Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal (SECULT-DF), **Sra. Mariana Soares**; do Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, **Dr. Jaime Santana**; do Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, **Dr. Gustavo Macedo de Mello Baptista**; da Coordenadora do Programa de Pós-Gra-

duação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do CEAM, **Dra. Doriana Daroit**; e da Coordenadora Geral do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT), **Dra. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi**.

Após as falas de abertura, foi realizada a apresentação do OPCULT pela sua coordenadora. Na sequência, a coordenadora convidou os professores, **Dr. Mário Lima Brasil** e **Dr. Hugo Ribeiro**, ambos do Departamento de Música/IdA/UnB, para apresentarem a pesquisa “Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais” que foi realizada no âmbito do OPCULT. O relatório foi publicado na íntegra e está disponível no site do Observatório.



Foto 05 – Apresentação da pesquisa “Programa Cultura Viva”. Da direita para esquerda: Hugo Ribeiro e Mário Brasil.

Após um breve intervalo, as atividades foram retomadas com a apresentação do painel de especialistas: “A contribuição da pesquisa para o debate sobre os desafios para a formulação e gestão das políticas públicas de cultura”. O painel contou com a presença dos seguintes pesquisadores e temas:

Antônio Albino Canelas Rubim (UFBA): Observações sobre a conformação do campo de estudos em políticas culturais.

Lia Calabre de Azevedo (FCRB): Reflexões sobre as tendências contemporâneas sobre os estudos em políticas culturais.

Frederico Augusto Barbosa (IPEA): Pesquisa e avaliação no campo das políticas públicas.

À tarde iniciou-se o Grupo de Trabalho (GT) “Estratégias para articulação de rede nacional de pesquisa em política cultural”, onde aconteceu um encontro entre pesquisadores com o intuito de debater estratégias para articulação da Rede Nacional de Pesquisadores em Políticas Culturais – REPE-CULT.

Para este GT foram convidados os seguintes pesquisadores e gestores de políticas públicas culturais: **Frederico Lustosa** (UFF), **Alexandre Barbalho** (UECE), **Maria Laura Bezerra Lindner** (UFRB), **Lia Calabre de Azevedo** (FCRB), **Antônio Albino Canelas Rubim** (UFBA), **Frederico Augusto Barbosa** (IPEA), **Eloise Dellagnelo** (UFSC), **Mariana Soares** (SECULT-DF) e **Alexandre Santini** (SCDC/MinC).

A mediação do GT foi realizada pela **Dra. Valéria Viana Labrea**. Este GT teve 24 integrantes entre pesquisadores e gestores convidados, professores e alunos da Universidade de Brasília e produziu a súmula a seguir.

Súmula da Reunião do Grupo de Trabalho

Após breve apresentação dos participantes, a mediadora do GT apresentou a metodologia de trabalho e contextualizou a ideia de criação e desenvolvimento da rede de pesquisadores, que iniciaria com a elaboração e a divulgação de cadastro online, além de coleta, organização e divulgação de dados.

A rede ligada ao OPCULT também contaria com um banco de teses e dissertações, cujo levantamento já teria começado em 2014. Foram relatadas na ocasião dificuldades iniciais de coleta e atualização das pesquisas na plataforma virtual, dada a amplitude da proposta de âmbito nacional e considerando que muitos textos ainda não estão disponíveis em versão digital.

CONVERGÊNCIA COM OUTRAS INICIATIVAS

Logo após apresentação inicial do projeto, os participantes compartilharam experiências e ofereceram contribuições para a rede, ressaltando a importância de encontros presenciais periódicos envolvendo os pesquisadores de políticas culturais. O GT também sugeriu a produção de um *flyer* eletrônico de apresentação da REPECULT, a ser compartilhado, principalmente, com coordenadores de cursos voltados para gestão e/ou políticas culturais.

Os presentes pontuaram ainda a necessidade de desenvolver estratégias para valorizar o ineditismo do projeto, alinhar o trabalho com outras iniciativas no âmbito acadêmico e da gestão pública, e estimular a participação e o engajamento na rede, sugerindo investimento em notícias e atualização sobre eventos da área cultural na plataforma digital do observatório.

PLANO DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA EDITORIAL

Durante a reunião do GT, foi apontada a relevância de construção de um plano de comunicação e política editorial para o OPCULT, de forma a estabelecer as diretrizes de conteúdo do observatório buscando possibilitar que sociedade, gestores, especialistas, pesquisadores e outros agentes interessados na temática possam acompanhar a produção de conhecimento e análise de dados desenvolvida pela rede de pesquisadores.

Os participantes do GT sugeriram o levantamento dos periódicos nacionais e internacionais que abordem a temática gestão/política cultural, bem como observatórios e grupos de estudos já existentes, com o objetivo de qualificar as pesquisas, estimular a troca de experiências e possíveis colaborações, dado o caráter multidisciplinar e a importância da avaliação e da análise crítica para que a área possa se solidificar.

Os pesquisadores também deliberaram sobre o fortalecimento do periódico científico produzido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), *Política Cultural em Revista*, e aprovaram a sugestão de publicações complementares, como séries históricas, cartografias colaborativas das pesquisas realizadas por observatórios no Brasil e na América Latina, e uma coleção OPCULT, com publicação de produções realizadas pelos pesquisadores da rede e convidados.



Foto 06 – Participantes do GT



Foto 07 – Participantes do GT

LINHAS DE PESQUISA

Com a colaboração do GT, foram definidas 3 (três) linhas de pesquisa no âmbito do OPCULT. A primeira abordaria *Políticas Culturais*, onde estariam inseridas avaliação e gestão de políticas, participação social, cidadania e diversidade cultural, políticas intersetoriais em cultura e política cultural comparada. A segunda linha seria *Cultura, Território e Desenvolvimento*, onde caberiam cartografias, redes e mapeamento cultural, economia criativa, economia da cultura e arranjos produtivos locais (APLs) em cultura. Por fim, a terceira linha traria *Gestão de Políticas, Programas e Projetos Culturais*, abordando produção local, financiamento da cultura e direitos culturais.

Informes finais

Após avaliação do primeiro encontro do GT, foram feitos alguns comunicados sobre eventos de interesse da rede de pesquisadores, tais como o *VI Seminário Internacional de Políticas Culturais*, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, entre os dias 26 e 29 de maio de 2015, no Rio de Janeiro; o *XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT*, a ser realizado entre os dias 11 e 14 de agosto de 2015, em Salvador; e o *III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura*, que será realizado na região do Cariri, no Ceará, de 8 a 10 de outubro de 2015.

FÓRUM III

Entrega do relatório final

Introdução

O terceiro fórum do Observatório de Políticas Públicas Culturais da UnB (OPCULT/UnB) foi realizado no dia 27 de Fevereiro de 2016. Contou com uma mesa de abertura, seguida da apresentação do relatório final da pesquisa realizada sob o âmbito do OPCULT intitulada *Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais*, além da exposição de outras pesquisas relacionadas ao Programa Cultura Viva. Esse fórum foi promovido com a intenção de publicizar os resultados da pesquisa e construir debates a respeito dos assuntos que envolvem a temática do projeto entre pesquisadores e interessados em geral.

Estiveram presentes o representante da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, **Sr. Alexandre Santini**; a Coordenadora Geral do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT), **Dra. Fátima Makiuchi**; os Coordenadores da Pesquisa *Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais*, **Dr. Mário Brasil**, **Dr. Hugo Ribeiro** e **Dr. Flávio Santos**; e os bolsistas da pesquisa, **Mariana Silva**, **Marília Oliveira**, **Marta Pederiva**, **Wanessa Sousa**, **Anderson Messias do Nascimento**, **Fernando Henrique Bastos**. Também foram convidados os pesquisadores **Msc. Deborah Rebello Lima**, da Fundação Casa de Rui Barbosa; **Msc. Jocastra Holanda Bezerra**, da Universidade Estadual do Ceará; e **Msc. César de Mendonça Pereira**, da Fundação Joaquim Nabuco; os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), **Célia De Fátima Pinheiro Moreira** (Sudeste), **Maria Fulgência Silva Bonfim** (Nordeste), **José Maria Reis e Souza Júnior** (Norte), **Leandro Arthur Anton** (Sul); e representantes dos Pontos de Cultura visitados, **Andressa Ferreira Piereti**, do PC Nelito Câmara (MS); **Elisângela Passos de Andrade**, do PC Projeto Ciranda (MT); e **Tadeu Ribeiro da Costa**, do PC Interarte/COEPI (GO).

As apresentações contaram com uma pluralidade de perspectivas por meio das contribuições oferecidas pelos representantes dos Pontos de Cultura, pelas entidades envolvidas no estudo sobre políticas públicas culturais, pelos estudiosos dos temas relacionados à pesquisa e pela própria SCDC/MinC.

Mesa de abertura

O evento começou às 8h30m da manhã com a mesa de abertura composta pelo **Sr. Alexandre Santini**, representante da SCDC/MinC; pela **Dra. Fátima Makiuchi**, coordenadora do OPCULT/UnB; pela **Dra. Doriana Daroit**, representante do CEAM; pelos profs. **Dr. Hugo Ribeiro** e **Dr. Mário Brasil**, coordenadores da pesquisa; pela **Msc. Deborah Rebello de Lima**, como representante da Fundação Casa de Rui Barbosa; e pelo **Msc. José Maria Reis**, representando a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC).

Ao longo da mesa de debate, a pesquisa foi reconhecida como de extrema relevância para se entender a real conjuntura na qual a Lei Cultura Viva se desenvolve, e os impactos que emergem desse cenário. A professora **Doriana Daroit**, ilustra bem a potencialidade de transformação que o Projeto Cultura Viva pode trazer para os olhares do fazer cultural brasileiro:

Eu creio que, o que nós nos comprometemos a fazer aqui, é justamente pensar essa realidade de maneira complexa, de uma maneira multidimensional, multifacetada, porque não podemos nos apegar a reducionismos. E a questão da cultura e da política cultural traz justamente isso. [...] Acredito que isso vocês realmente trazem de novo para esses estudos, e é isso que efetivamente pode gerar uma mudança social, pode gerar uma mudança política e cultural. Então eu penso que essa é a grande novidade desse projeto de pesquisa: abordar uma realidade, tentar chegar efetivamente aos Pontos de Cultura, construir junto, tentar entender quais são os significados atribuídos, quais os pontos que a gente deve olhar com maior cautela, com maior cuidado. Enfim, tentar não só refletir, mas pensar, e até reconstruir essa realidade em que nós estamos comprometidos. A universidade de Brasília é uma organização pública e faz parte da sua missão dar esse retorno à sociedade.



Foto 08 – Mesa de abertura do III Fórum do OPCULT. Da direita para a esquerda: Hugo Ribeiro, Mário Brasil, Fátima Makiuchi, Doriana Daroit, Alexandre Santini, Deborah Lima e José Reis.



Foto 09 – Apresentação do relatório final da pesquisa Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais, com Hugo Ribeiro e Mário Brasil.

A fala de **Alexandre Santini**, representante do Ministério da Cultura, complementa a fala da Profa. Doriana, ao reconhecer que o projeto é importante para fomentar o debate a respeito dos impactos positivos dessa política:

A visão da política cultural é uma matriz conceitual, e essa matriz conceitual se inaugura no governo Lula, com ministro Gil. Mas, evidentemente que ela é uma construção de muitas mãos, de muitos processos. Acho que essa pesquisa vem para coroar esse processo. Há anos o Mário Brasil vem falando da necessidade de fazer uma pesquisa sobre o Cultura Viva que seja mais do que um mero levantamento de indicadores de dados. De que a gente precisava fazer uma pesquisa que, inclusive, inventasse os seus indicadores e dados, ou criasse categorias que fossem capazes de dar conta do que é essa experiência, do que é essa complexidade, essa novidade, que na verdade é uma política pública que inventa narrativas, que inventa categorias discursivas, constrói identidades. Quer dizer, isso daí não é qualquer coisa. O ponteiro não é qualquer bobagem. De repente, você começar a criar uma identidade, uma categoria discursiva mesmo para se referir a um conjunto de pessoas, porque fazem parte de uma mesma política do Ministério da Cultura? Não é só isso não é? Tem alguma coisa a mais aí, tem alguma coisa mais profunda, filosófica, conceitual, afetiva.

Deborah Rebelo também prevê os impactos positivos que o projeto pode causar na formulação ou reformulação de políticas públicas culturais:

A gente acredita que essa pesquisa compõe um caleidoscópio de olhares sobre o Cultura Viva e tem uma função muito importante de quebrar hierarquias, de rediscutir processos, rediscutir modelos no próprio olhar sobre a pesquisa, de uma ação que causou tanta fascinação ao longo dos anos, nacional e internacionalmente. Mas, fundamentalmente, acho que é importante – e isso dá para ver não só relatório final da pesquisa, como no processo que o grupo percorreu ao longo desse período –, é a compreensão de que a gente não vive processos herméticos, e o próprio fazer de pesquisa tem que ter essa dimensão, tem que perceber que a gente está olhando para um organismo vivo, para uma cultura viva, para um programa que está o tempo inteiro se reinventando e colocando em discussão o próprio conceito de política pública. [...] O processo dessa pesquisa é um esforço importante nesse percurso.

Apresentação do relatório

Após desfazer a mesa de abertura, a seção matutina seguiu com a exposição do relatório final do *Projeto Cultura Viva: impactos e transformações sociais*, apresentado pelos professores Mário Brasil e Hugo Ribeiro.

O professor **Mário Brasil** iniciou sua apresentação com um pequenos histórico de sua vivência pessoal dentro da construção e implementação do Programa Cultura Viva. Abordou os objetivos e abrangência do programa, e falou sobre as contradições que se gerou em torno da implementação da lei Cultura Viva reforçada, de maneira científica e quantitativa, pelas pesquisas do IPEA. Essas pesquisas teriam sido as principais motivadoras desse projeto de pesquisa, pensado a partir da necessidade de medir os impactos sociais dos Pontos de Cultura sob um novo olhar.

Logo após, o Prof. **Hugo Ribeiro** fez um grande resumo do relatório final, comentando todos os capítulos e exemplificando as análises das falas dos entrevistados com vídeos editados unicamente para esse fórum. O relatório apresentado foi publicado na íntegra e está disponível no site do OP-CULT.

Ao finalizar a exposição, a palavra foi passada novamente ao professor **Mário Brasil**, que reforçou os resultados apresentados e a importância que tem em apresentar dados quantitativos para um reconhecimento público.

Essa conclusão a que nós chegamos parece óbvia: todo mundo sabe que o Programa Cultura Viva teve um impacto positivo nas comunidades. Mas como? Podemos transformar esses indicadores em indicadores quantitativos? Podemos. Mas não fizemos isso. Como já existiam muitas pesquisas quantitativas, a gente não entrou por esse lado. [...] A outra questão que seria importante salientar é que esse é um projeto-piloto. Esse projeto-piloto foi feito para levantar dados qualitativos, testar indicadores, e testar logística para, quem sabe, realizar uma pesquisa mais ampla no Brasil inteiro, quiçá na América Latina ou em outros lugares. [...] Nós ficamos muito satisfeitos com essa pesquisa, por que uma coisa é você ouvir falar que dá certo. Outra coisa é conseguir demonstrar o que deu certo e como deu certo. É puxar para a parte científica, saindo da parte humanística. Para a matemática não basta dizer apenas que zero mais um é igual a um, é preciso provar, e isso é muito bonito. Aqui nós estamos fazendo a mesma coisa. Não basta dizer que o Programa Cultura Viva é um programa que tem impactos positivos na comunidade. Essa pesquisa se propõe a verificar isso. [...] Porque ele tem os impactos?

Porque ele não visa o bem-estar produtivo, o bem-estar apenas de uma sociedade de consumo. De uma sociedade que optou por, infelizmente, liquidar o meio em que vive. Ele deu um “tuim” cultural para que aquele ponto se potencializasse, exatamente em buscar aquilo que tem na essência do ser humano: a sua felicidade interna. A felicidade interna dele vai em direção ao processo de transformação que ele fez e ele, ao se transformar internamente, ele transforma a comunidade, transforma o seu Estado, transforma o país, e transforma o mundo. E é isso exatamente o que a gente está buscando.

Ato contínuo, o debate foi aberto aos convidados que iniciou com a fala de **Tadeu Costa** do PC Interarte/COEPI de Pirenópolis:

Falar sobre o Cultura Viva para mim é muito difícil, porque me emociona. É muito bom saber desse resultado todo, esse resultado que, nós que somos Ponto de Cultura sabemos, porque a gente vivencia ele. Para mim, em especial, os Pontos de Cultura têm uma importância muito grande, por que ele mudou minha forma de ver o mundo, ele mudou a forma de me relacionar com o mundo, e ele me mostrou quantos paradigmas precisam ser quebrados no dia a dia. Seja o de que, quando você entra na universidade e se acha superior às outras pessoas, aí você vai lá, no dia a dia, conhece as realidades dessas pessoas, e vê o quanto você precisa aprender. Assim, eu quero parabenizar, acho que a grande questão é parabenizar o trabalho que vocês fizeram. E a outra coisa é essa questão da metodologia. Vocês terem usado FIB, para mim, é fundamental, por que talvez, se vocês tivessem usado qualquer outro método, o resultado não seria o que nós sabemos, o que os Pontos de Cultura representam na vida de uma comunidade, na vida de famílias, e na nossa própria vida também. [...] Ainda tem muito para avançar, mas eu tenho certeza que o caminho que a gente almeja, que a gente sonha, é esse. Um lugar melhor para se morar. E é isso que você falou: a felicidade só funciona quando ela é coletiva. Quando, lá no Ponto de Cultura, tem alguma situação, algum menino ou alguma menina que passou por algum tipo de violência, todos ficam abalados, porque ali a gente está vendo a ausência do Estado.

Logo em seguida, a palavra foi passada a **Wallace Pantoja**, doutorando em geografia cultural na UnB, que refletiu sobre as consequências negativas que o difícil acesso a alguns Estados podem acarretar no seu reconhecimento para o desenvolvimento de estudos e políticas:

Eu não sou daqui. Sou da Amazônia. Sou indígena, embora nascido na cidade e criado na cidade. A gente esquece, ou nos fazem esquecer, o que somos, e foi muito importante vocês falarem sobre essa dimensão dos

Pontos de Cultura indígenas, porque não é exatamente um resgate nem uma busca, mas é, de fato, uma rememoração. É reaprender a ser. Essa que é a verdade. A gente não perde completamente. [...] Queria na realidade trazer duas questões importantes e uma provocação. Aliás, uma das questões é uma provocação. A primeira coisa é a importância de a gente refletir sobre o FIB, que eu não conhecia. É muito importante estar aqui para conhecê-lo, por que o nome é meio ingrato, inicialmente. Quando você pensa assim, felicidade interna bruta, você já tenta pensar numa piada. Como assim vão medir a felicidade? [...] Quando você entra nos indicadores e percebe que é um pensar sobre essa existência que, de uma maneira ou de outra, os indígenas já vêm há séculos colocando que não tem a ver com a quantidade de utensílios que você tem na cozinha mas, como você se relaciona com o mundo e com os outros que vai te possibilitar essa coletiva felicidade. Aí você começa a refletir, por exemplo, o quanto a mídia é perigosa. Talvez sejam reflexões sérias sobre a pesquisa, e entender como o Estado pode, como você leu no Butão, viabilizar isso. Será que isso não seria a função efetiva do Estado? No entanto, isso é tomado como piada frente a veiculação midiática da noção de felicidade, como ela é colocada. Essa é uma questão. A outra, e essa é uma provocação, é que vocês deixaram muito claro o quanto a região norte aparece muito pouco. [...] A provocação que eu faço é que e eu espero que, de fato, a pesquisa avance, e avance para esses espaços em que vocês viram a dificuldade que é a logística. Porquê é preciso avançar para esses espaços? Porque se não a gente começa efetivamente a não invisibilizar, passa a decretar sua inexistência, porque, se esses espaços não aparecem no âmbito das medições, das aferições, não tem dados. E se não tem dados, não tem política. Logo, de certo modo, a produção do que vocês estão fazendo é um exercício de dizer: “olha, é preciso que isso apareça”. Porque, se não, a gente decreta a inexistência. E decretar a inexistência é mais fácil, porque você não precisa lidar com o problema. O problema não existe. Então eu gostaria de provocar a pesquisa, provocar quem está diretamente ligado a isso a buscar as regiões brasileiras onde a justificativa da dificuldade de acesso tem sido a justificativa para decretar a inexistência desses espaços e dessas pessoas.

Em resposta às provocações de Wallace Pantoja, os coordenadores do projeto, Mario Brasil e Hugo Ribeiro, respectivamente, reforçaram a importância de se desenvolver pesquisas que possibilitem desesconder esses Estados, e o interesse do projeto em dar prosseguimento à pesquisa nesses Estados marginalizados. O professor **Mário Brasil** disse:

Eu gostaria só de complementar que é um desejo meu. Eu também sou da região norte. Eu acho que a próxima etapa poderia ser a região norte

porque, como esse programa desesconde, poderia desesconder da melhor forma possível. Teríamos a prova que estamos desescondendo. Quem não sabe o que eu estou dizendo, nunca levou dois dias para viajar quarenta quilômetros. Eu já fiz isso. Eu já levei, do Acre até São Paulo, dezesseis dias de viagem. Infelizmente, essa realidade ainda existe. A gente pensa que está tudo asfaltado. Existe uma parte da Amazônia que só se chega por barco. É um desafio para as universidades, é um desafio para o Minc, é um desafio para as comunidades se organizarem para dar continuidade.

Professor **Hugo Ribeiro** continuou:

Isso que ele fala é importantíssimo. Às vezes a gente olha o norte do país como um lugar muito pouco populoso, que não tem cidades. Se não tem cidades, não tem porquê mandar dinheiro de pesquisa. A gente precisa pegar esse tipo de pesquisa e problematizar os detalhes, pegar o detalhe que lhe interessa. Por exemplo, não tem nenhuma instituição do norte dentro da nossa revisão bibliográfica, e dentro da revisão bibliográfica só tinha pesquisa em um ponto lá. Ora, não é possível que eles não estejam produzindo sobre isso. Mas, onde é que está esse material? Ou como é que a gente pode chegar? Onde é que estão esses Pontos de Cultura do norte? Vamos trazer eles, vamos visibilizar esses pontos também, porque a ideia do programa não é esse? É como se os pontos fossem “todos iguais, mas uns são mais iguais que outros”. Assim, parece que alguns pontos são “mais importantes”, por estarem em regiões “mais importantes” ou terem mais visibilidade. Então, talvez o que o Mário falou seja interessante. Se houver uma continuidade, seria interessante focar logo no bicho de vez. Vamos lá pro norte. Vamos descortinar o norte.

A fala foi reforçada pelas contribuições da Professora **Fátima Makiuchi**:

Acho que agora começa a ter iniciativas que são pontuais. Às vezes, é um professor que se propõe a orientar um estudante nesta ou naquela temática da política cultural, mas o programa em si não tem. Então, isso é bastante grave. A gente tem um adensamento da pesquisa na política cultural nas regiões litorâneas do país. De forma geral, a gente pode colocar assim. A gente pode pensar que um dos eixos de fortalecimento para tirar essa invisibilidade, é investir no campo da pesquisa da política cultural no território. Isso tem que ser pensado com muita delicadeza. Ou seja, há um investimento? É possível fazer isso? Fomentar mais encontros, fomentar pesquisas específicas naqueles territórios, buscar alunos de mestrado e doutorado, promover, ter bolsas? Porque você ter bolsas, induz ao professor, ao pesquisador. Eventualmente, se colocar uma bolsa na-

quela linha, começar a pesquisar e desbravar aquela linha, por que tem uma bolsa pro seu estudante, então ele pode se voltar a uma determinada temática. Por isso acho que essas coisas precisam ser dimensionadas.

Em seguida o debate seguiu com a fala de **Edilene Américo**, também doutoranda na UnB. Em meio às histórias vivenciadas, Edilene trouxe sua leitura sobre os impactos políticos que a Lei Cultura Viva proporciona para a comunidade e salienta a importância das universidades em fomentar esse tipo de projeto de pesquisa:

Acho que o papel da universidade é esse mesmo, de subsidiar, de pesquisar, de encontrar elementos para, a partir do que está sendo implementado, por exemplo, pelo Estado, levantar questões que sejam necessárias serem corrigidas, melhoradas a partir das políticas públicas que vão sendo implementadas. Esse papel de levantar dados qualitativos e, posteriormente, apresentar isso em dados quantitativos, a gente sabe que é importante para que o Estado possa continuar implementando, definindo recursos para implementação daquela política, e corrigindo os rumos que sejam necessários. [...] Na base a gente não sabe o impacto de uma política pública, o quanto ela vai impactar. Às vezes, não é só na vida de uma pessoa, como o professor estava falando. É na da família dele, é no do local onde ele está, porque nós somos sujeitos sociais, e a gente influencia aonde a gente vai. A gente tem esse potencial. Nós conseguimos três pontos de cultura na época, em comunidades que resistiam à especulação imobiliária, e uma delas teve um destaque muito grande, que foi a comunidade Sabiaguaba. Esse Ponto de Cultura ficou instalado numa escola lá no município de Amontada, no Ceará, comunidade litorânea. E os jovens fizeram todo esse papel de se envolver no processo de resistência da comunidade. Fizeram várias ações culturais e, principalmente, divulgar a ação da comunidade em referência à resistência, para permanecer na terra. Aí houve articulação com fóruns internacionais, houve denúncia do projeto de ameaça, que aquele especulador estava fazendo em relação à comunidade. Assim, o protagonismo dos jovens no processo de resistência da comunidade foi uma coisa fantástica.

José Maria Reis também falou a respeito de sua preocupação em dar andamento no projeto para que ele não se torne obsoleto.

Há uma necessidade, em todo país, de fazer levantamentos qualitativos. Talvez a gente precise pensar em como fazer isso em todo país. A experiência, como foi dito da região centro-oeste, já é um piloto. Então acho que o grande desafio é de como pensar em fazer uma pesquisa na região norte, no nordeste, no sul no sudeste. Esse é o desafio. Construir uma

rede de pesquisa que dê conta disso, de instituições que dê conta disso. Esse é o desafio maior desse processo.

Leandro Anton contribui com a discussão ao questionar como seria possível construir essa rede de pesquisa entre várias instituições nas diversas regiões brasileiras.

Eu queria começar exaltando a importância de construir um processo que tenha legitimidade daquilo que é o objeto da sua pesquisa e, dentro disso, evidentemente, tu acaba tendo que fazer algum caminho. E busca o caminho mais legítimo. E o Mário buscou isso. Até por ter a trajetória dentro do Cultura Viva. [...] Nós somos um todo, nós não podemos imaginar, e sabemos que temos características de desenvolvimento desigual, seja do espaço ou da sociedade. Nesse país, assim como no mundo, há espaços invisíveis. Nesse país há dimensões também, e a gente precisa saber disso. Não há um mais ou menos escondido. No momento em que tu vai pros grandes centros urbanos, a periferia se torna um grande espaço escondido, e não há maior e menor periferia de qualquer capital brasileira. Há uma periferia. [...] O grande desafio está dentro da universidade, inclusive. Como é que nós vamos contribuir para constituir uma rede onde todas as instituições de ensino público federal, pelo menos sem que uma não fique disputando quinhão do outro, entendam que papel tem que cumprir dentro de um processo de disseminação da pesquisa? Onde não há instituição mais importante? Esse é um grande desafio agora. O que a gente precisa, junto com o Santini, é conversar efetivamente. De nós conseguirmos estabelecer uma rede em cada estado, criar isso. Isso é supergrande mas é o tamanho desse país galera. A gente sempre fica numa justificativa de que tudo é muito, de que o Brasil é grande. Não, esse é o nosso desafio. Ou nós encaramos que é esse o nosso desafio ou nós estaremos sempre empurrando uma coisa por vir. [...] E esse piloto ser colocado de maneira simultânea, o mais breve possível, mas observando o princípio de legitimar esse lance dentro de uma rede.

Logo depois, **Maria Fulgência** reforça tudo o que foi dito anteriormente pelos convidados demonstrando grande satisfação pelo resultado do projeto, inclusive solicitando o reconhecimento desses resultados para a comunidade acadêmica de seu estado:

Nossa grande preocupação deve ser que esse relatório, essa pesquisa, não seja engavetada. Que ela sirva realmente como piloto, como espelho para a gente aplicar, na necessidade de se visualizar, visibilizar o trabalho, o impacto do programa nas outras regiões também. Nós todos somos agentes desse trabalho da ação do programa cultura viva e acredito

que esse resultado que vocês estão apresentando hoje, esse relatório, ele chegando nas mãos dos Pontos de Cultura, nós também vamos nos instrumentalizar para sermos também agentes nessa pesquisa. Que legal que, em tantos anos, alguém tá visualizando isso, essa possibilidade de medir um impacto através da felicidade. Em geral, nós somos apenas um relatório de um convênio de aplicação financeira etc. Isso é muito triste, muito árido, muito seco, e nós sabemos que nossa ação não é isso só.

Logo após, a pesquisadora **Jocastra Bezerra** comentou sobre a metodologia usada pela pesquisa por ser compatível com o significado e características simbólicas que a Lei Cultura Viva traz em sua essência:

Eu queria fazer um comentário breve a respeito da metodologia, que eu achei muito assertiva para a proposta. O Cultura Viva, pela sua dimensão simbólica e sensível, exigia também uma metodologia sensível. Um olhar cuidadoso e sensível para que se pudesse avaliar justamente para além desses dados, dessa dimensão seca dos relatórios. Então, eu já havia percebido que o Cultura Viva se relaciona muito com a filosofia africana do *ubuntu*, da perspectiva de que “eu sou porque nós somos”. Então, tem essa ideia da coletividade, do movimento e que eu acho que tem tudo a ver com que o Mário colocou ao questionar: o que é a felicidade? Felicidade é aquilo que você compartilha: “eu sou feliz porque nós somos felizes nessa comunidade”. Uma outra dimensão que essa metodologia possibilitou, pelo que eu pude ver, é de entender a cultura na sua visão holística, na sua complexidade. Que ela está presente em todas as dimensões da vida de uma coletividade. De perceber também essas transversalidades da cultura, que eu acho que, às vezes, para reflexão acadêmica, deixa um pouco a desejar.

Para finalizar o ciclo de contribuições, o pesquisador **César Pereira** expôs brevemente sua experiência, a qual iria aprofundar na seção vespertina.

Na primeira pesquisa do IPEA, que analisou os Pontos de Cultura no Brasil inteiro, a Fundação Joaquim Nabuco ficou responsável pela parte da pesquisa no norte e no nordeste, e eu tive a felicidade de aplicar os questionários em alguns estados do norte e do nordeste. Foi uma experiência maravilhosa. Nos últimos três anos nós fizemos uma pesquisa no estado de Pernambuco. Na estadualização dos Pontos de Cultura de Pernambuco, tiveram 120 pontos conveniados diretamente com a Fundarte, e falaram dessa preocupação, dessa proximidade com o litoral. E na época, a Fundarte teve essa preocupação de tentar distribuir os pontos em todo o estado.

Mesa redonda: Programa Cultura Viva / FIB

O período vespertino iniciou os debates com três pesquisadores que tiveram como tema investigativo o Programa Cultura Viva. Segue, abaixo, um resumo da exposição dos pesquisadores.

CÉSAR DE MENDONÇA PEREIRA - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Em sua fala, César Pereira apresentou a metodologia e os resultados de uma pesquisa empreendida pela Fundação Joaquim Nabuco, que procurou verificar o nível de felicidade dos gestores dos Pontos de Cultura no estado de Pernambuco. Essa pesquisa foi realizada em 2011, com os pontos que assinaram o convênio em 2008. Dos 95 pontos entrevistados, apenas 5 tinham recebido a segunda parcela. Sua metodologia envolveu a aplicação de um questionário no qual os declarantes respondiam as perguntas com uma escala de 1 a 7.

Algumas pessoas, de maneira geral, não são muito felizes. Embora não estejam deprimidas, nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Como se trata de uma declaração com cunho negativo em relação à felicidade, a escala de respostas foi invertida. Deste modo, em termos de felicidade, apontar o nível um indica que o respondente afirma que é infeliz. Por outro lado, o nível 7 sugere que o entrevistado diverge totalmente que é infeliz, ou seja, que ele é muito feliz. Como resultado, obtivemos respostas diversas, embora se perceba uma tendência maior para os níveis mais altos.

Nessa pesquisa, apenas três gestores indicaram os três níveis mais baixos de felicidade, enquanto quinze declararam concordar que não são muito felizes. Para o pesquisador, essa diferença entre os resultados das duas perguntas conduzem a uma dúvida:

Os coordenadores compreenderam a inversão da escala ou as respostas deles são inconsistentes? Embora tenha havido uma preocupação do entrevistador em ressaltar a inversão da escala, alguns gestores podem ter apontado os níveis mais baixos acreditando que estariam relevando uma discordância com a frase quando deveria ter escolhido os mais baixos. Seria essa, portanto, uma primeira explicação para a divergência entre as duas respostas. Outra explicação é que a resposta dos coordenadores

possivelmente não foi coincidente. Nós temos a média dos quatro questionamentos sugeridos pelo trabalho de Liporaci e Lepper, que servem de entrada para calcular os níveis de felicidade de uma pessoa. Esse índice é obtido através da média aritmética das quatro respostas obtidas nas quatro perguntas feitas até então pelo questionário. Dessa forma o índice de felicidade foi calculado para cada coordenador, podendo variar de zero a sete, o mais alto grau de felicidade. Pudemos verificar que quase a metade dos coordenadores apresentaram um índice de felicidade entre 6.1 e 7.

Entre as perguntas realizadas, duas questionavam qual o nível de felicidade dos coordenadores em relação ao seu trabalho com o Ponto de Cultura. A grande maioria deles se disse muito feliz com seu trabalho, mas alguns, que se depararam com muitas dificuldades diárias na condução do PC, indicaram os níveis mais baixos de felicidade.

Nove coordenadores apontaram os níveis 1, 2 e 3. Contudo, em relação ao total, não é muito expressivo. Por isso, não interfere na observação geral de que a condição de felicidade é uma constante entre os coordenadores dos pontos, ainda que enfrentem os entraves existentes na execução dos trabalhos diários dos Pontos de Cultura.

Como resultado, os pesquisadores puderam concluir que os coordenadores, de maneira geral, se consideravam pessoas felizes.

O índice de felicidade dos coordenadores é alto, maior que 5.8 [numa escala e 0 a 7], e há uma pequena diferença entre o nível de felicidade geral e o nível de felicidade enquanto coordenador, indicando que as dificuldades do trabalho como coordenador não alteram expressivamente a felicidade do indivíduo. Outra conclusão é que os líderes esperam que os beneficiados dos Pontos de Cultura tenham uma felicidade alta, de quase 6.3 em média, sendo, inclusive, maior do que a felicidade dos coordenadores. Os coordenadores dos pontos aferem um nível de felicidade alta aos beneficiados por considerarem que o Ponto de Cultura é um agente modificador de vidas, e essa questão de modificar vidas, de tirar criança de rua, sempre foi uma fala recorrente junto aos coordenadores dos pontos. Assim sendo, considero esse índice de felicidade uma ferramenta satisfatória para avaliar uma política pública.



Foto 10 – Mesa redonda com pesquisas sobre o Programa Cultura Viva e o índice de felicidade. Da direita para a esquerda: Jocastra Holanda Bezerra, Deborah Rebello de Lima, César de Mendonça Pereira.

JOCASTRA HOLANDA BEZERRA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Em sua exposição, Jocastra falou sobre sua pesquisa de mestrado, que abordou os conceitos de cultura popular para a constituição de políticas públicas na área da cultura, além de discutir as formas com que os sujeitos envolvidos no processo conceituam a cultura popular como direito. Essa pesquisa teve como objeto de análise três PC de Fortaleza-CE entre os anos de 2012 e 2013. Dessa forma, contextualiza a criação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a cultura popular e problematiza os conceitos dados para a constituição dessas políticas.

Eu entrei, primeiramente, com a ideia de estudar o processo de institucionalização das políticas públicas para as culturas tradicionais e populares, e como a política tem esse papel indutor de construir uma discursivi-

dade em torno da cultura popular. Nisso, entrei no Programa Cultura Viva entendendo que ele renova esse discurso que, historicamente, foi construído. Historicamente, as culturas populares foram tratadas ora com protecionismo, ora com visão romântica, ora de forma idealizada, ideológica. Então ele traz um discurso renovado, inclusive sobre o paradigma da tradição, transformação. [...] Eu fiz um recorte que também trato na pesquisa, de entender como o Cultura Viva e sua ação prioritária dos Pontos de Cultura são construídos conceitualmente, simbolicamente, e discursivamente. Entendo o discurso enquanto prática social, um discurso que contém conteúdos, ideologias. Produz identidades. Eu queria saber como esses discursos são elaborados pelos sujeitos participantes dessa política, como esses discursos se alinham, se contrapõem, quais são os embates dessa relação, e como esses sentidos e narrativas vão sendo agenciados também pelos sujeitos. [...] Naquele momento, em 2012, o Ceará era o terceiro estado brasileiro com maior número de Pontos de Cultura. Naquela época tinham 200 entidades conveniadas em dois editais. O primeiro, lançado em 2008, e o segundo, lançado em 2010, somados aos 34 pontos conveniados diretamente ao governo federal.

Para alcançar esse objetivo, fez uma pesquisa documental sobre o PCV, e entrevistas nos três Pontos de Cultura. Através da revisão bibliográfica, a expositora compara as experiências locais com outras experiências relatadas nas pesquisas do IPEA. Em comum estavam as reclamações com os problemas advindos da burocracia na prestação de contas e o atraso dos pagamentos.

A despeito de todos esses problemas de ordem prática, que outras pessoas haviam abordado, existia, nos discursos desses sujeitos, um discurso bastante positivo em relação à ação dos Pontos de Cultura. Então, isso me intrigou e me fez investigar como é que, diante de todos esses problemas de ordem prática, os ponteiros ainda assim celebram a ação, legitimam discursivamente esse programa. Então eu procurei analisar o Cultura Viva a partir disso, o que me mostrou que, apesar de todos os problemas e críticas de gestão, o Cultura Viva mantinha sua força. E essa força estava no patamar discursivo, conceitual e simbólico.

Em sua conclusão, a autora identificou que os Pontos de Cultura variam seu discurso entre o alinhamento ao discurso oficial, como forma de se adequar à norma e ter acesso aos mecanismos de fomento, e a negação ou resistência ao uso de concepções acadêmicas.

Então, com isso, eu me baseei em questões sobre quais significados e dimensões assumem os discursos construídos pelo Estado por meio do

Programa Cultura Viva. Quais os sentidos, os sujeitos e os grupos culturais elaboram a cerca da sua participação no Programa Cultura Viva. Isso me trouxe então essas considerações, esses resultados, de que havia um alinhamento discursivo que legitimava o programa. Havia essa convergência positiva dos discursos, que também exponho nesse momento. Todas as contradições e conflitos dessa ordem prática do confronto, dessa dimensão simbólica da política cultural com a sua realidade prática.

DEBORAH REBELLO DE LIMA - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Para finalizar essa mesa de pesquisadores, Deborah Rebello de Lima também apresentou um recorte de sua pesquisa de mestrado em história, defendida na Fundação Getúlio Vargas. Sua dissertação faz uma investigação sobre o desenvolvimento do PCV a partir de uma análise documental/historicista.

Um dos motes fundamentais do Cultura Viva é o embate entre o poético e o político. A minha escolha de fala aqui, dentre as minhas análises, ou o que eu já percorri dentro do Cultura Viva, escolhi uma em especial, que é a que me dediquei mais, que é o olhar histórico, tentar compreender as nuances entre Estado e sociedade. [...] Eu apanhei muito nessa análise porque, para um historiador, eu estava cometendo um sacrilégio: eu estava analisando e tentando historicizar um processo que eu tava dentro dele.

Em sua análise histórica, abordou as mudanças ocorridas nas políticas públicas culturais no Brasil, identificando três fases que correspondem às seguintes tipologias tradicionais: do Estado produtor para um Estado ausente, até chegar em um Estado mediador.

Esses três grandes modelos não nos interessam para estabelecer recortes estanques, mas para conseguir perceber em que medida a cultura é colocada a serviço de uma ideologia, de uma percepção de Estado, de uma política. E tem a ver com o contexto histórico. Então, pensar o Cultura Viva, é colocá-lo dentro desse guarda chuva, que é contextual. É tentar pensar que, antes, o Estado entendia que cultura era um dever de si. [...] O esgarçamento desse modelo, a tendência a um Estado que, por se entender produtor, também calava quem não se alinhava com sua produção, ou seja, um Estado pesado, um Estado duro, um Estado que silenciava qualquer voz que fosse dissonante da voz dele, fez com que nós, num contexto específico, caíssemos facilmente no canto de um Estado

neoliberal. Ou seja, o lado romântico do neoliberalismo vai na quebra entre um modelo e outro, vai defender que a gente precisa frear o dragão do Estado. O Estado é pesado, o Estado é inchado, o Estado gasta demais, e isso cala a diversidade cultural brasileira. [...] Novamente, o esgarçamento desse outro modelo, de um estado ausente, levou a discrepâncias enormes no nosso campo. Levou um instrumento que em tese era plural e sofisticado, a um contexto que só o mercado direcionava o que deve ou não ser produzido no Brasil. A gente percebe essa mudança para uma proposta conceitual dentro do governo, que se coloca como um meio do caminho entre uma coisa e outra. Que vai mediar esses processos, que vai tentar buscar uma atuação firme no campo. [...] É um Estado que, em tese, conceitualmente, se colocaria como mediador de processos. De alguém que apenas fornece instrumentos, para a garantia de direitos culturais. Isso faz parte de um contexto muito fundamental para gente compreender o porquê do Cultura Viva, dessa visão de que a cultura é a marca ideológica de um governo de esquerda. É a cultura que vai propor novos modelos de desenvolvimento, é a imaginação que vai estar a serviço de um novo Brasil.

Sua atenção está voltada, entre outros aspectos, para a transversalidade das políticas públicas em cultura, ou seja, em como são coordenadas as ações que permitam que esse investimento público seja compartilhado entre diversas pastas governamentais e a sociedade civil. Essa ideia é posta em prática no conceito de gestão compartilhada, nas redes de comunicação, e nas Teias.

O Cultura Viva é essencialmente a dimensão cidadã. Ele não nega a [dimensão] simbólica, ele não nega a potencialidade da [dimensão] econômica, mas ele é essencialmente pensada para a dimensão cidadã. Por outro lado, se a gente for pensar nas discussões de economia criativa, ou economia na cultura, está fortemente pensando a dimensão econômica e, não necessariamente, reforçando a cidadã ou a simbólica. Se a gente for pensar mais atualmente, a política das artes é uma tentativa de refortalecer a dimensão simbólica, que foi perdendo força ao longo da gestão Gil, entre aspas, e da gestão Juca, no sentido de que o Ministério da Cultura deixou de atender só o artista, ou só o produto, para atender a sociedade como todo. É essa a grande chave dessa ampliação, dessa dimensão cidadã. [...]

Esse embate entre discurso e proposta, todo mundo que faz parte do Cultura Viva conhece bem. Ou seja, o embate entre o modelo anterior das BACs para o modelo dos Pontos de Cultura. Porque eu gosto de enfatizar? Porque a gente cria, ou criou, ao longo do tempo, uma espécie de

uma romantização. É a nossa memória afetiva do processo, de que os Pontos de Cultura venceram esse modelo aqui, de que a autonomia e o protagonismo venceu a estrutura, de que o fluxo venceu a estrutura. Venceu circunstancialmente, venceu no modelo de criação do Cultura Viva. Mas o Estado e os interesses se rearranjam, e se reconfiguram. E se a gente for pensar hoje, a gente tem programas e ações que muito se assemelham à proposta original das BACs em disputa e, às vezes, em confronto com os próprios Pontos de Cultura das localidades. Ou seja, a gente acha que venceu, e cria isso como verdade absoluta. Mas, se a gente for parar para pensar, não é tão fechadinho assim.[...]

Se a gente for parar para pensar, durante a primeira campanha do governo Dilma, a única proposta na área da cultura que ela faz é relacionada aos Pontos de Cultura. A única temática que ela trata na campanha é relacionada à continuidade e ao aumento dos Pontos de Cultura no Brasil. Isso é um indicativo muito importante da centralidade que ele tem na agenda política, que ela não poderia negar o Cultura Viva, ou a importância dos Pontos de Cultura naquele contexto. No entanto, a gente bem sabe, que um programa com essa capilaridade, com essa escala, com essa estrutura de administração, que é complicada de ser operada de maneira centralizada, é quase um suicídio administrativo. E talvez seja esse o motivo pelos quais muitos dos problemas existentes sobre a demora de análise e etc. seja fruto da morosidade, da incapacidade do Estado em lidar com tantos convênios. Nesse ponto, é desleal com o gestor, desumano com o gestor pedir para uma secretaria – que em um dado momento tinha cerca de dez funcionários – lidar com dois mil Pontos de Cultura, dois mil convênios. É quase impossível. [...]

A descentralização administrativa era tida como a saída possível para o programa ser gerido, a exemplo do bolsa família e outros programas. E acima de tudo, a descentralização era tida como uma saída política para o Cultura Viva, para além da saída administrativa, porque um programa descentralizado é muito mais difícil de ser descontinuado. Muito mais difícil de deixar de existir. Não quer dizer que seja impossível. No entanto, se a gente for parar para pensar, essa descentralização administrativa é uma potência por esses dois aspectos, mas ela também enfraquece um discurso que era nacional. Ela pode ser um potencial de enfraquecimento dessa rede de sociabilidade que estava sendo construída em nome de um “inimigo” comum, em nome da disputa com o Estado, ou do tencionamento de questões específicas. E que não necessariamente eles vão se unir para uma bandeira comum. Um dos maiores problemas dos movimentos sociais é lidar com a diversidade, é pegar o lado difícil da diversidade. Diversidade é bonita, ninguém é contra ela. Mas quando a diversidade gera discursos que disputam entre si, aí gera a verdadeira tensão.

Outro elemento interessante para gente pensar o Cultura Viva é o momento de enfraquecimento nacional, que ele teve aliado a um momento de valorização internacional durante o início do primeiro governo Dilma. A gente viveu essa situação que, para muitos, era quase que esquizofrênica. Não fazia sentido. Muitos pontos fazendo articulações internacionais por conta do Cultura Viva comunitária mas, ao mesmo tempo, atraso de repasses, editais cancelados, recursos que não eram pagos e etc. A gente via um esforço do estado brasileiro, de potencializar esse discurso para fora, mas não necessariamente resolver os problemas de dentro. Algo que a gente precisa entender. Inclusive, algo que a gente precisa observar com muito cuidado para tentar perceber essas nuances, essas mudanças. [...]

A gente tem algumas das mudanças que são fundamentais e basilares. Se a gente for parar para pensar na potencialidade da autodeclaração e na questão da resistência de alguns à autodeclaração, isso é um indicativo. O Termo de Compromisso Social (TCC) é um esforço muito relevante do Estado de tentar, minimamente, se reinventar. Se o convênio não deu certo, o prêmio era afrouxar demais para um recurso que é público e precisa de compromisso. O TCC a gente entende que é um meio do caminho, é uma saída consensual para o Estado bater contra o próprio Estado. E é isso que eu acho que é o mais interessante, o MinC tentando ganhar espaço dentro do próprio planalto. É o MinC tentando fazer a agenda da cultura dentro de uma agenda que é maior. E uma outra perspectiva importante, é a gente pensar e fortalecer a importância dessas outras propostas que estão dentro da própria lei Cultura Viva ou tantas outras que ainda vão sendo construídas. A importância da valorização de um outro instrumento, ou do fortalecimento da autodeclaração, ou do debate sobre a autodeclaração dos pontos. De uma maneira ou de outra o Cultura Viva nasce de um cenário que é complexo. Ele tenta se reenquadrar enquanto política pública. Por isso ele se redesenha. Mas ele tá caminhando para uma nova complexidade, para se afrouxar de novo, para sair da amarra de um Estado que quer enquadrá-lo enquanto uma política pública em seu modelo tradicional.

Discussão entre os participantes

Após a apresentação dos expositores, foi aberta a seção para perguntas feitas pelo público presente. Após a discussão a respeito das pesquisas relatadas, reorganizou-se a posição das cadeiras em um grande círculo, quando cada um dos presentes pôde narrar sua relação com o PCV. Abaixo segue a transcrição de *trechos* da fala do público nesses dois momentos.

ALEXANDRE SANTINI

Tem sido muito importante a qualificação desse debate com as equipes, se você pensar que a estrutura do Estado também é uma estrutura que muitas vezes é completamente alienada desse tipo de discussão, desse tipo de processo. [...] Eu estava compartilhando algumas coisas da fala sobre o FIB, os conceitos, e aí o rapaz da área de prestação de contas respondeu:

Poxa, vamos colocar isso aí nos relatórios de análise de comprimento de objeto por que isso vai ajudar a justificar junto aos órgãos de controle, junto às áreas do próprio Ministério, que precisam ler. Se a gente tiver esses indicadores como instrumento, para justificar ou para qualificar o trabalho dos Pontos de Cultura, isso vai nos ajudar.

Isso, um servidor de carreira, que responde por análise de processos de prestação de contas. E isso só numa troca de mensagens. Imagina se a gente conseguir provocar essa discussão com a equipe? Eu acho isso uma coisa muito importante.

Eu queria só colocar uma questão, e essa questão é um pouco central na minha pesquisa, que conversa com as questões que vocês trouxeram aqui também, que é essa dimensão da tridimensionalidade, essa nova matriz conceitual da dimensão antropológica que as políticas culturais do Brasil nos últimos dez, doze anos inauguraram. Elas são muito importante, por gerar novas legitimidades discursivas. Seja você afirmar uma política cultural, como é o caso do Cultura Viva, do Ponto de Cultura, numa dimensão identitária de disputa de discurso; seja você também dar visibilidade a outras legitimidades discursivas e simbólicas como o quilombola, o indígena, a matriz africana. Enfim, são diversos seguimentos que alçam uma linha de frente no processo da disputa de direitos na sociedade, tendo o campo da política cul-

tural como o campo que dá espaço, que deu força para isso. Mas a contradição que se coloca, nesse processo e um pouco dos embates aí, é que os instrumentos que o campo cultural, tanto no campo normativo quanto mesmo no do ponto e vista orçamentário, são instrumentos insuficientes para, realmente, dar conta da conquista de direitos que esses seguimentos precisam ter, para disputar alternativas. Para a sociedade, existe uma outra dimensão de macro política. Questões estruturantes, política econômica. E eu acho que estamos vivendo um momento particularmente muito delicado e grave no Brasil, porque estamos discutindo o Cultura Viva aqui. [...] Nós não podemos deixar de levar em consideração o momento que estamos vivendo no Brasil, no mundo. Um momento grave de retrocesso, de profundas ameaças civilizatórias. Óbvio que isso tem impacto também num programa como o Cultura Viva, do ponto de vista de priorização de orçamento. E isso não tem só a ver com boa ou má vontade de gestores para dar conta disso. Isso tem a ver com o momento que estamos vivendo no Brasil. [...]

Eu queria só tocar em três pontos. Na fala final da Deborah, foi aparecendo que, em algum momento, a disputa do campo normativo e a disputa simbólica começaram a andar juntas, e acho que um exemplo paradigmático disso é o processo mesmo da lei Cultura Viva. [...] Foi uma coisa que aconteceu apesar do Ministério da Cultura e não por causa do Ministério da Cultura, pelo menos naquele momento em que ela tramitou, em que ela foi aprovada. Se você pega todas as resoluções de fóruns, de Teias regionais, nacionais, sempre tava ali a criação de marcos legais, criação de uma lei. Isso já era uma pauta uma bandeira do movimento que, historicamente, foi sendo construída. Mas o seu processo de tramitação, de apresentação no congresso, de passar pelas comissões, ele aconteceu porque ele foi acompanhado também de um processo de disputa simbólica, de disputa na sociedade, de atuação política por parte desses agentes que são os Pontos de Cultura, os movimentos. Porque sem isso não teria havido esse processo. Só que é um processo de uma disputa simbólica, uma disputa da própria identidade do programa se colocando, incidindo numa disputa seríssima, importantíssima no campo normativo. O Sistema Nacional de Cultura, as leis do Pró Cultura, são leis que estão tramitando a dez, quinze anos no Congresso Nacional, e não foram aprovadas porque talvez envolva um recurso maior, mas também porque talvez não tenham conseguido o mesmo apelo, no sentido de sintetizar, tão concretamente, uma demanda e um campo dentro da cultura como é o caso da lei Cultura Viva. [...]

LEANDRO ANTON

Achei muito interessante umas questões que a gente tem que começar a refletir também. É muito marcada a maneira como foi apresentada e depois eu fui me dando conta. Marcou muito fortemente em todas as apresentações, o momento da abordagem, uma palavra em comum: o gestor e não o ponteiro. Isso é uma marca que me passou e eu queria deixar como uma provocação. Talvez, por isso, a imersão que eu tenho, onde eu sou coordenador, sim tenho uma função de coordenador, mas sou educador, sou educando, e sou coordenador. E a consequência do processo é a gestão. A outra questão é exatamente essa terminologia do gestor, onde tu tem essa projeção para meio público, o gestor público que, na verdade, deveria ser o administrador e não o gestor, na minha leitura. Para mim, ele é um administrador público. A provocação é isso, um olhar separado do coordenador, do usuário, do educando, do educador orgânico, ponteiro, que é essa a denominação e não o apareceu. Não apareceu a denominação. Falei como o ponteiro porque essa é uma terminologia muito utilizada. [...]

Tem um outro elemento que também acaba refletindo nesse processo construtivo, desse de baixo para cima, que é o próprio reflexo que teve na lei Cultura Viva do Rio Grande do Sul, da inserção de um artigo que, para uma organização ser reconhecida como Ponto de Cultura, tu precisa ter um espaço de gestão comunitária. No momento que tu for se colocar para ser reconhecido, se não tiver outras organizações que digam que participarão de um espaço de conselho, de gestão comunitária do seu espaço, que não são da organização, não tem como. Isso foi assimilado lá como princípio de participação de controle social do dinheiro público, e também das próprias organizações da sociedade civil no, sentido da organização ser aberta a processos de crítica e não totalmente privada do seu sentido, que ela é uma organização privada seja ela formal ou informal.

JOSÉ MARIA REIS

Eu queria partir já de um ponto de avanço. Acho que alguns pesquisadores que colocaram aqui, de alguma forma, que esse ponto de avanço é a rede Cultura Viva. A gente tem toda essa trajetória da construção que é fundamental, que a gente tenha ciência desse processo, mas a gente precisa ter um

ponto de avanço, e esse ponto, na minha compreensão, é a rede Cultura Viva. Eu, particularmente, tenho me detido a analisar um pouco esse processo da rede Cultura Viva a partir do *Ensaio sobre a Dádiva* do Marcel Mauss. Eu tenho percebido que a teoria da dádiva, o conceito relacionado com o conceito de redes sociais, ele se desenha muito bem, se configura muito bem. Na realidade da rede Cultura Viva então, tenho percebido que as redes sociais da rede Cultura Viva, ela pode ser a gestão e pode ser a identidade do processo. Não há dicotomia entre esse processo, e é quando a poesia virou política, que é o percurso dos Pontos de Cultura no Brasil, de programa governamental a rede Cultura Viva. Há uma confusão muito grande entre rede social e rede social digital. Às vezes, as pessoas acham que o *Facebook* é uma rede social. Ela é uma rede digital que permite a interação social. Rede social é diferente. A rede Cultura Viva é uma rede social a partir desse pressuposto. [...]

Acho que a gente tem sempre que pensar na perspectiva do progresso, do processo. Então, a gente chegou em um certo ponto agora, a gente precisa avançar, e eu tenho dito que, para mim, a rede Cultura Viva é esse ponto de avanço. Acho que esse projeto, essa experiência que foi desenvolvida com a UnB, ela precisa se ancorar na rede Cultura Viva para que ela tenha continuidade. Vou ser um defensor, vou defender a criação dessa rede de pesquisadores e de instituições de pesquisas sobre o Cultura Viva. Isso pode ser o caminho para dar continuidade a esse processo que a gente está discutindo, de implementação dessa experiência nas demais regiões que faltaram. O que é que a gente entende de fato como rede Cultura Viva? Eu particularmente tenho pensado nisso a partir do conceito de capital cultural de Bourdieu, que diz que a gente é o que as escolas dizem que tem que ser. Ele diz que todo mundo se forma, de algum modo, a partir da escola, da experiência escolar, e que o capital cultural, ele advém da comunidade, advém da sua relação familiar, e isso é transformado dentro da escola. Por isso ele diz que a escola não é um espaço de fato democrático, por que todo mundo chega lá em condições já diferentes. Ai ele fala que um filho de uma professora vai chegar na escola com um capital cultural diferente do filho do catador de lixo, da pessoa excluída, marginalmente. Então, a gente só vai ter essa possibilidade de construção desse capital cultural da rede Cultura Viva, quando a gente de fato socializar todo esse processo, quando a gente de fato ver que é possível ser igual a todo mundo.

Eu gostaria de dizer que fiquei muito feliz com a fala do Santini. Quando ele já está mobilizando sua rede de técnicos para sensibilizar, nesse sentido, e colocar isso como uma necessidade, que precisa urgentemente ser atendida. A gente coloca lá no conselho municipal em Feira de Santana, que não adianta a gente ficar se debatendo e isso ficar aqui entre quatro paredes. Os gestores, os representantes do poder público, precisam passar por essas experiências de formação mesmo, se não a gente vai ficar o tempo inteiro tentando reinventar roda. E quando chega lá, que a gente vai se defrontar com o gestor público, com o representante do poder público, está no zero. A gente volta novamente para a mesma escala. A gente tem que se desgastar para convencer aquele, que a gente não teria poder de convencimento, a menos que ele passe por um processo de formação, que ele tenha essa visão ampliada, seja no papel do Estado, na sua perspectiva histórica sobre essas dimensões que a pesquisa colocou, sobre a questão da felicidade do ponteiro, mesmo quando ele é tensionado a ponto de adoecer digamos assim. Os gestores, os representantes, os técnicos, precisam passar por experiências como essa que estamos vivenciando com essa pesquisa.

Integro a comissão estadual dos Pontos de Cultura, que na Bahia tem uma particularidade. Lá é feita a partir dos territórios de identidade. Estou no território portal do sertão, que tem sede em “Feira de Santana”. São onze municípios mais Feira, e a territorialização da Bahia fez escola, fez história e agora está sendo inclusive adotada nas outras secretarias como unidade de gestão mesmo.

A instituição que hoje eu coordeno, e que é Ponto de Cultura selecionado, mas não conveniado, lá na Bahia, é o instituto Odeodara. Nós ficamos desde de 2006 até 2008, quando fizemos a institucionalização através do CNPJ, debatendo assim: nós estamos trabalhando, mas a gente precisa mesmo fazer o CNPJ? Pra que? E isso foi um debate amplo até a gente entender, dentro do coletivo, o que é que a gente pode ampliar a partir do CNPJ. O trabalho do instituto Odeodara tem sido replicar essas discussões em outras instituições. Por exemplo, Feira de Santana é um lugar privilegiado para gente visualizar a ação e atuação da capoeira. É um campo de atuação praticamente informal. Você procura hoje em Feira de Santana quantas associações, quantos grupos de capoeira, quantas ações de capoeira têm CNPJ, e você vai encontrar duas, três. Algumas ainda conversando como vai fazer

isso. Esse tem sido nosso papel. Quando vamos para a zona rural, a mesma coisa. Então, as instituições culturais, as ditas populares, que têm esse vigor de décadas, de meio século, mas que nunca tiveram essa preocupação, e que a gente sabe que, com o CNPJ, seria o meio de acessar o fomento.

JOCASTRA HOLANDA

Essa questão da reprodução do discurso [respondendo uma provocação dos participantes], nas minhas considerações da pesquisa eu falo bastante disso, do discurso reproduzido, sem nenhuma crítica, como ele passa a ser incorporado de forma automática. E isso foi visível em dois dos entrevistados. Eles praticamente reproduziam o que está lá no Cultura Viva. Então, há sim essa reprodução. E um terceiro exemplo, que é o do mestre Zé Pio. Quando eu perguntei o que era Ponto de Cultura, ele respondeu: “minha filha, eu estou tentando aprender o que é isso aí. Eu sei que é um edital que eu ganhei, recebi um recurso, e estou tentando entender, aprender o que é isso aí.” Há sim essa ideia da política cultural como indutora de discursos, indutora de identidades. O Leandro [Anton] reivindicou a identidade dele aqui como ponteiro, ser reconhecido como ponteiro e não como gestor. O ponteiro é ele, no seu todo, na sua visão ampla. Só estou fazendo a comparação para dizer que sim, essa política é indutora, esses sujeitos participantes reproduzem com interesses também, ou pela dependência financeira, ou pelo próprio reconhecimento de também ser valorizado enquanto Ponto de Cultura.

Dentro do conceito de cultura popular, por exemplo, eu percebi o quanto há participação, há embates, há conflitos, dentro dessa produção discursiva. Quando cheguei nesses três sujeitos, de três Pontos de Cultura da cultura popular, quando esses temas são tocados na conversa com eles, tem um Ponto de Cultura que diz:

Não, eu não me vejo, não me reconheço enquanto cultura popular, enquanto cultura tradicional. Eu acho que são discursos conservadores. Mesmo esse que o MinC está tentando trazer, está tentando ampliar, está tentando atualizar. Eu, enquanto Maracatu, me vejo como uma cultura ancestral, de matriz africanas, e não me enquadro numa visão de cultura tradicional e popular.

Então, há uma pluralidade discursiva dentro até dos próprios iguais, que nós imaginamos enquanto iguais, mas eles se pensam diferentes. Essa produção discursiva é cheia de conflitos, cheia de embates.

E aí eu vou entrar em um comentário que o Santini, fez que são os embates entre o campo normativo e o campo simbólico. Aí me vem em mente a teoria do Ernesto Laclau. Ele fala justamente isso, que o discurso é um consenso momentâneo, ele é a hegemonia momentânea, contingente, provisória de determinados sentidos que estão em disputa na realidade social. E esses sentidos, que foram articulados e hegemonizados, não são homogêneos. Eles são heterogêneos, eles são dissonantes, eles estão sendo tensionados e, por conta disso, há esses embates, essas provocações. Por conta das relações desiguais de poder, nós vemos que o Estado é ainda o detentor da fala oficial. Então, tem uma relação desigual aí de poder, de induzir uma discursividade. Mas os sujeitos, os atores que estão aí, também participando pela disputa da hegemonia dos sentidos, sejam os ponteiros, sejam os agentes culturais, seja a própria academia que também reproduz um discurso, ela participa desse deslocamento de sentidos, que é o que Ernesto Laclau fala. O deslocamento dos sentidos, para dar conta da nova realidade. Então, de acordo com o processo histórico, os sujeitos cobraram uma nova revisão de sentidos no campo normativo, e isso passa claro pelas questões simbólicas.

DÉBORAH REBELLO

Eu acho legal a gente pensar naquele momento de disputa e de esforço para aprovação da lei Cultura Viva. Nesse sentido que quero colocar que a gente tá falando de um outro modelo de garantia de institucionalidade. Por que? A gente vê os grupos, os ponteiros, os gestores do Ponto de Cultura, os partícipes, os beneficiários, não importa a nomenclatura. A gente vê esses grupos batalhado, usando todo o seu capital político e simbólico para a aprovação da lei, em diálogo com outros sujeitos internacionalmente, mas em disputa com o Estado que tá suspendendo edital, que está colocando em revisão várias prestações de conta. Então, a institucionalização naquele momento era a saída para um cenário que se apresentava muito tenebroso. Existia um medo. O desmonte do Cultura Viva era a ideia dos discursos que tem a ver com aquele contexto. O redesenho é o desmonte do Cultura Viva. Então, a institucionalização era a saída nesse processo. Eu acho que é interessante a gente pensar, enquanto modelo, em que medida essa força, esse capital, essa rede, conseguiu trabalhar para alcançar isso. [...]

Sobre a história da Ação Griô, o que eu estou querendo sinalizar como ação estruturante, não é porque o MinC criou, a priori, mas é a ação estruturante de acordo com aqueles elementos que eu coloquei. Ou seja, o lugar, o sujeito, a inovação, a tradição e o entorno. Eu sei que o Ação Griô foi incorporado no primeiro exemplo de reinvenção do próprio Cultura Viva, praticamente de forma “automática”. Assim que liberou o primeiro edital, se deu conta disso, e acabou incorporando. E há uma sinalização dessa necessidade de estar sempre se redefinindo, se reconstruindo enquanto política pública. Quando eu estou enfatizando, como estruturante, é nesse sentido de pensar os nortes naquele momento. [...]

CÉSAR PEREIRA

Vou pegar a partir dessa questão do Ação Griô. Eu lembro quando eu estava no Estrela de Ouro e tinha os mestres. Eles participaram naquele primeiro momento, efetivamente, na Ação Griô, junto com as escolas. Logo, naquele primeiro momento, quando era com o MinC, funcionou bem.

E essa questão da resposta do índice de felicidade, quando eu chegava, eu aplicava primeiro o questionário, conversava bastante, e já tinha ideia de

como estava funcionando o ponto. Se eu tivesse feito o inverso, eu poderia correr o risco de dizer: “esse cabra mentiu”. Mas, pela nossa conversa do primeiro questionário, eu já sabia como é que estava funcionando o ponto dele, e imaginava como ele poderia responder o questionário. E as respostas que eles davam demonstravam que eram pessoas que, realmente, nas suas vidas, eles tinham um alto nível de felicidade, porque, entre uma das premissas de ser feliz, é você fazer algum trabalho comunitário, ajudar o próximo, e geralmente essas pessoas são líderes daquelas regiões. Então isso aí também está dentro das premissas do ser feliz, isso aí está no trabalho que eu fiz. Mas a questão do tempo na exposição da pesquisa não permite que a gente entre tanto em detalhes.

A diferença do nível de felicidade na vida dele normal e na vida dele como coordenador do ponto, a pequena diferença já mostra que ele está satisfeito, mas não está tão satisfeito por conta das dificuldades que ele encontra no dia a dia junto com a sua equipe na administração do ponto. Nesse período que eu apliquei a pesquisa, tinha muito ponto parado. Então, eu não tinha acesso à equipe completa. Quando eu conseguia, eu explorava ao máximo. Mas, realmente, foi uma época muito difícil. Teve um problema na Fundação de Cultura que deu uma esvaziada na questão dos pontos. [...]

TADEU RIBEIRO

Para mim é muito interessante estar aqui representando o Ponto de Cultura [Interarte/COEPI], porque, de certa forma, eu represento a segunda geração. Porque teve a primeira geração, que foi das pessoas que formaram o Ponto de Cultura e trabalharam pelo Ponto de Cultura. E, nessa época, eu era só uma pessoa que participava do Ponto de Cultura. E vim aqui falar do Ponto de Cultura que para mim tem muita importância, quando a gente completa, esse ano, vinte anos. Para mim, é uma forma de vitória, de conquista, e todo o resultado dos trabalhos apresentados aqui, os diferentes trabalhos, eu acho muito bacana.

Eu tive oportunidade de ser representante do Ponto de Cultura dentro de um programa junto à escola de cinema Darcy Ribeiro. Eu fui um dos bolsistas, e a gente tentou levar esse olhar do Ponto de Cultura para dentro da escola Darcy Ribeiro. Até acho que a Darcy Ribeiro, antes dos Pontos de Cultura, ela é uma. Depois que os Pontos de Cultura saem de lá, ela se torna ou-

tra. A gente sofreu várias discriminações dentro da Darcy Ribeiro por ser de Ponto de Cultura, por ser bolsista. As pessoas lá não conseguiam entender a importância da política pública, e isso foi uma coisa que me fez refletir muito sobre o que nós, enquanto Ponto de Cultura, não conseguíamos dialogar para além da nossa instituição. E foi um momento de fortalecimento muito grande desse setor audiovisual. Eu percebi muita gente que se dizia enquanto Ponto de Cultura mas que, muitas vezes, não estava disposto a dialogar, não estavam dispostos a construir. Éramos vinte e sete Pontos de Cultura, mas eram dez pessoas que efetivamente vestiam a camisa de ser Ponto de Cultura. Isso foi algo que mexeu muito comigo.

Eu também tive a experiência, no Rio de Janeiro, de trabalhar em dois Pontos de Cultura, que foi o Ponto A história que eu conto, e o outro foi um Ponto de Cultura no Morro da Formiga, onde eu fiz um trabalho com a juventude. Então, todo esse olhar que foi apresentado nos trabalhos, eu já percebia, porque eu sou formado em comunicação social, em audiovisual, e a gente trabalhava muito com a comunidade, com esse empoderamento da comunidade, com esse pertencimento da comunidade. A gente percebeu que esse trabalho dentro do Ponto de Cultura da Formiga, o quanto isso mudou a realidade do Morro da Formiga. Eu tive dois casos de jovens que vinham conversar comigo, dizendo: “olha, se não fosse a oficina de vocês, não sei o que seria da minha vida”. Dois jovens vindos de uma situação muito vulnerável, e que um hoje trabalha com fotografia e vive disso, e o outro foi pelo caminho da dança. Mas aquela oficina, que para alguém poderia ser algo sem importância, aquela oficina deu rumo para vida dessas pessoas.

CÉLIA MOREIRA

Desde a primeira vez que eu participei desse projeto, foi muito legal, muito importante, porque o PIM [Programa Integração pela Música] participou de todas as pesquisas do IPEA. Apesar de entender a importância de se fazer da maneira como eles chegavam no ponto, da maneira como eles se colocavam para gente. A última vez que eles foram no PIM, eu me lembro que foi uma tortura. Foi uma coisa que durou o dia inteiro. Então, enquanto rolava atividades no PIM, e eu tinha coisas importantíssimas para fazer ali, eu fiquei sentada o dia inteiro para responder um questionário chatérrimo, que não tinha nenhum significado para mim. Não sei em que isso acrescen-

tou. E depois que a gente veio para Brasília ver o resultado da pesquisa, foi decepcionante, foi horrível, a gente lembra disso.

Logo, quando veio essa proposta de fazer esse projeto com a UnB, foi fantástico. A gente saiu daqui bem contente. A gente se identifica em todas as falas, em todas as pesquisas. Uma coisa que eu falo sempre é que eu identifiquei em várias falas o que eu vejo, e que cada vez eu tenho mais certeza disso. A instituição onde o PIM acontece, ela existe há trinta e seis anos. O PIM tem dezesseis anos, e o Programa Cultura Viva tem dez anos. Muito mais importante que o repasse financeiro que a gente teve, quando a gente ganhou o primeiro edital, lá em 2004, foi o que a gente construiu a partir daí em termos de articulação, de conhecimento, de amizades, de afetividade. Isso foi o maior ganho que a gente teve. Agora, a gente descobriu depois, lógico, quando a gente começa a participar de tudo.

Na minha região são poucos Pontos de Cultura. Mas tem trabalhos fantásticos, maravilhosos, que tão lá que, para mim, são Pontos de Cultura, sem dinheiro, sem reconhecimento, e que também trabalham com gestão compartilhada. Que também articulam com a gente e que também fazem propostas junto com a gente, e que tem que ser assim, porque se não você não sai do lugar. Quando você está no interior, em uma cidade que não interessa a patrocinador, que não interessa à lei Rouanet, que não interessa ao poder público, que não interessa a ninguém, eles não chegam lá na minha cidade. A cultura é aquele cargo que você articula, faz aqueles conchavos sujos, aquela pessoa que ninguém quer vai virar secretário de cultura. É a realidade de toda a cidade de interior. Então, nos últimos quatro anos, a gente conseguiu a cultura da cidade, conseguiu indicar o secretário de cultura. É uma gestão compartilhada da cultura da cidade de vassouras. Em troca, a gente perdeu cada centavo da cultura. A gente não teve um centavo para trabalhar esse ano, mas a gente caminhou nesses quatro anos tudo o que a gente não caminhou nos quarenta anos passados, quando o secretário de cultura era eles que indicavam.



Foto 11 – Foto de encerramento do evento com expositores, pesquisadores e convidados.

Encerramento

O fórum terminou às 18hs com os agradecimentos da equipe de pesquisa do projeto Cultura Viva – Impactos e transformações sociais. Os professores Mário e Hugo, responsáveis pela pesquisa, ressaltaram a importância dos dados levantados e da participação dos convidados para consolidar as informações trabalhadas durante a realização do projeto.